

Safrá 2005/2006

Raízes da crise

O endividamento do setor tem suas raízes com a implantação de diversos planos de estabilização econômica. No período de 1990 a 1993, o Congresso Nacional instalou uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para investigar o assunto. O relatório final, publicado em maio de 1993, identificou, de forma criteriosa, diversos procedimentos inadequados praticados por instituições financeiras que ocasionaram prejuízos aos produtores – tomadores de crédito rural – de US\$21,890 bilhões.

Com a publicação da Lei 9.138, em 1995, o Governo federal iniciou um amplo processo de renegociação das dívidas rurais, conhecido como Securitização. Depois, em 1998, foi instalado o Programa Especial de Saneamento de Ativos (PESA), para renegociar dívidas acima de R\$200 mil.

Com a renegociação das dívidas rurais, entre as safras 2000/01 e 2003/04, os resultados apurados no campo estimularam os investimentos e mais tecnologia. O Produto Interno Bruto (PIB) da agropecuária teve expansão de até 11,9% ao ano nesse período, diante de fatores favoráveis, como o cenário externo de preços e a taxa de câmbio.

Reviravolta

Na safra 2004/05, com a queda dos preços médios das *commodities* no mercado internacional, face ao aumento dos estoques mundiais de passagem, as principais economias agro-exportadoras foram afetadas.

Nos Estados Unidos, a queda da receita foi coberta com pagamentos governa-

mentais – subsídio direto aos produtores em dinheiro – de US\$23 bilhões. Isso representou 27,7% da renda líquida dos produtores norte-americanos. Para cada US\$4,00 de renda do produtor, US\$1,10 veio do tesouro americano.

Já no Brasil, com seguro rural incipiente para compensar a perda da produção física das lavouras, de 132 milhões de toneladas para 113 milhões de toneladas, provocada principalmente pela estiagem, o efeito foi nefasto, em função também da valorização do real em relação às principais moedas e da alta taxa de juros.

Além de o câmbio valorizado ter derubado os preços recebidos pelos produtores, a taxa da época do plantio ficou acima da taxa no período da comercialização. Enquanto os produtores compraram insumos com base no dólar mais caro, a produção foi comercializada com a moeda americana desvalorizada.

Por sua vez, o aumento de 2,6% na taxa Selic pelo Banco Central, ao longo de 2005, ampliou a taxa média para 18,9% no ano passado, acima dos 16,3% apurados em 2004. A conta juros, paga pelos produtores, aumentou em R\$224,6 milhões, se for considerado apenas o volume de recurso do custeio de R\$8,640 bilhões à taxa de juros livre, concedida em 2005.

Com tudo isso, a renda do setor rural teve brutal queda de R\$169,65 bilhões, em 2004, para R\$153,04 bilhões, em 2005. Uma queda de 9,79%, que afeta a capacidade de pagamento e de realização de investimentos dos produtores. A redução de renda com cronograma para o desembolso de pagamentos relativos ao custeio da safra, aos investimentos

realizados e ao estoque das dívidas é a questão para o ano em curso.

Impacto na economia

A grave crise de renda do setor rural afeta os segmentos fornecedores de insumos e bens de capital para a agricultura. O PIB do agronegócio caiu 4,7% em 2005. Cerca de R\$26,2 bilhões a menos de renda deixou de circular na economia nacional. A divisão desse prejuízo recaiu em dois terços 'dentro da porteira' e um terço 'fora da porteira'. O impacto da redução do agronegócio resultou na retração de 1,41% no PIB do País.

Brasil: desempenho do agronegócio (R\$ bilhões)

Sector	2004	2005	Var. %
Agronegócio	563,8	537,6	-4,65
Insumos	37,3	33,4	-10,46
Agropecuária	169,6	153,0	-9,79
Indústria	175,0	175,4	0,23
Distribuição	181,9	175,8	-3,35

Fonte: CEPEA/CNA

O nível de empregos e o volume de arrecadação de tributos foram, conseqüentemente, prejudicados. Entre 2002 e 2004, o setor primário agregou, anualmente, de 40 mil a 79 mil empregos diretos. Em 2005, o quadro se inverteu, com o desemprego de 12,8 mil pessoas.

Com a continuidade da crise de renda em 2006, as medidas de apoio à agricultura passam pela Securitização, Programa Especial de Saneamento de Ativos (PESA), alongamento do Fundo de Defesa da Economia Cafeteira (Funcafé). Uma repactuação para o pagamento do somatório dos financiamentos não pagos no ano passado e a vencer em 2006, bem como as parcelas das dívidas.

As ações emergenciais realizadas na safra passada, como a prorrogação parcial dos custeios, dos programas de investimentos e a implantação da linha FAT-Giro, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para viabilizar a prorrogação das compras a prazo dos insumos com os fornecedores privados, devem ser fortalecidas. ■